



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

**EDITAL**

**CONCORRÊNCIA Nº 90003/2024**

Processo Administrativo nº 00000016/24

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**, Estado do Pará, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, sediada a Praça Licurgo Peixoto, 130, centro – São Miguel do Guamá, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento **MENOR PREÇO** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Unidade Administrativa do Governo Federal (UASG): 980551

Data da sessão: 18 de abril de 2024.

Horário: 08:00 horas, (Horário de Brasília).

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL, LOCALIZADO NA RUA VICENTE COSTA, BAIRRO SÃO MANOEL, S/N, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado as disposições deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.43.4 ou 3.73.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração, agente de contratação ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão Competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00 (um) real.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **"ABERTO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de composição de custos unitários constando obrigatoriamente os quantitativos de material, todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta e mão-de-obra observando-se os pisos salariais das categorias envolvidas, composição da curva "abc" dispondo sobre insumos e serviços, composição de encargos sociais contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, composição de BDI (bonificação e despesas indiretas) contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, e quando for o caso acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 5.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, contendo todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), inclusive da composição da curva "abc" dispondo sobre insumos e serviços, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.





**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [smg.pregao@gmail.com](mailto:smg.pregao@gmail.com), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

8.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- 8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação comprovação de patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado da parcela pertinente ou do item pertinente.
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**Qualificação Técnica**

- 8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação





**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

8.26. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. (no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA), em plena validade

8.27. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o (Engenheiro Civil): A comprovação da capacidade técnica será feita por meio de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia CREA, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação. A empresa licitante de outro ente da federação deverá apresentar visto do CREA/PA;

8.28.1. Um ou mais profissional com formação em segurança do trabalho devidamente registrado em órgão competente acompanhado de documentos comprobatórios.

8.29. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.31.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.3. Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, inclusive relação de equipamentos mínimos;

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**, sediada Praça Licurgo Peixoto, 130, centro.

## **10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

10.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

10.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

10.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

10.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

10.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**Fiscalização Administrativa**

10.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



### **Gestor do Contrato**

10.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

10.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

10.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

10.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

10.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

10.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **11. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

11.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



### **Do recebimento**

11.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

11.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

11.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital e seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

11.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

11.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

11.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

11.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

11.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.





**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

11.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

**Forma de pagamento**

11.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Regime de execução**

11.24. O regime de execução do contrato será de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

**12. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O custo estimado total da contratação é de: R\$ 7.073.517,43 (sete milhões, setenta e três mil quinhentos e dezessete reais quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos a planilha de formação de preços anexo deste edital.

**13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária: Exercício 2024 Projeto 0505.103020005.1.068 Construção, Ampliação e Reforma do Hospital de Urgência e Emergência, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações.

**14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5. fraudar a licitação
- 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 14.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 14.2.1. advertência;
  - 14.2.2. multa;
  - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

14.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail [smg.pregao@gmail.com](mailto:smg.pregao@gmail.com).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e-mail; [smg.pregao@gmail.com](mailto:smg.pregao@gmail.com), no portal dos Jurisdicionados do Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará/PA e também poderão ser obtidos no endereço a Praça Licurgo Peixoto, 130, centro – São Miguel do Guamá, nos dias úteis, no horário das 08: 00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I – Projeto Básico
- 16.11.2. ANEXO II - Planilha Orçamentária
- 16.11.2.1. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA, 11 de março de 2024.

**JOSIMEIR RODRIGUES DA SILVA**  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**



## MEMORIAL DESCRITIVO

Segue abaixo as especificações técnicas para o projeto de Construção do prédio que sediará o Hospital Municipal de São Miguel do Guamá, localizado na rua Vicente Costa, bairro São Manoel, sn, no município de São Miguel do Guamá.

### 1 - SERVIÇOS PRELIMINARES:

#### 1.1 - PLACA DA OBRA

Será colocada em local indicado pela FISCALIZAÇÃO, constituída em lona com plotagem gráfica, fixada em estrutura de madeira de lei, obedecendo ao modelo e dimensão fornecida pela FISCALIZAÇÃO.

Observação: Ao término dos serviços, a CONTRATADA se obriga a retirar a placa da obra, tão logo seja solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

#### 1.2 - ALUGUEL DE ANDAIME METÁLICO

Os andaimes deveram ser realizados com a adoção de todas as medidas de segurança necessárias conforme legislação em vigor, recaindo sob a CONTRATADA toda a responsabilidade quanto à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas a estes, devendo necessariamente ser observados os requisitos de segurança

#### 1.3 - PROJETOS COMPLEMENTARES:

A empresa vencedora do objeto em questão deverá ser responsável pela elaboração dos projetos complementares: **FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS, ELÉTRICO, SPDA, PROJETO DE LÓGICA, HIDROSSANITÁRIO, GASES MEDICINAIS, COMBATE E PREVENÇÃO À INCÊNDIOS**, assim como elaboração de estudo de solo, levantamento topográfico, levantamento de quantidades do projeto.

Os projetos deverão ser elaborados de acordo com as observações, exigências e acompanhamentos da fiscalização, para após isso submeter o contrato aos possíveis ajustes observados nos projetos que serão realizados.

### 2 - DEMOLIÇÕES E RETIRADAS:

As demolições são regidas quanto ao aspecto de segurança e medicina do trabalho, pela Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no D.O.U de 06.07.78 (Suplemento). Quanto ao aspecto técnico, as demolições são reguladas pelas normas NB 598:1977 e NBR-5682:1977.

Inclui-se nas demolições as luminárias à serem substituídas e as esquadrias de alambrado.

As demolições serão efetuadas tomando-se o maior cuidado para evitar danos a terceiros. Os edifícios vizinhos à obra (se for o caso) de demolição deverão ser



examinados pela CONTRATADA, prévia e periodicamente, para ser preservada a sua estabilidade.

### **3 – PAREDES E PAINÉIS**

Será executado alvenaria em tijolo a cutelo nos ambientes indicados em planta baixa, as quais adequarão as divisórias internas do prédio em questão.

A execução da alvenaria deve ser executada, observando o esquadramento correto, assim como o prumo, para evitar possíveis desalinhamentos.

Será feita em alvenaria de vedação com bloco cerâmico furado 9 x 19 x 29 cm (furos verticais), espessura da parede 9 cm, juntas de 12 mm, assentamento com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:8 - tipo 2, o serviço deve ser feito por profissionais capacitados e experientes, munidos dos devidos instrumentos necessários para o trabalho.

### **4 - COBERTURA E CALHAS.**

A execução da estrutura da cobertura será realizada em aço e aplicado pintura imunizante na mesma. O Telhamento será executado com telhas termoacústicas chapa filme com isolamento em poliisocianurato, o serviço obedecerá a recomendação do FABRICANTE. Os serviços em altura deverão ser executados por profissionais habilitados com NR 35 e equipados com EPI.

As calhas serão executadas em concreto e impermeabilizadas.

### **5 - REVESTIMENTOS**

#### **CHAPISCO**

Todas as superfícies de concreto, alvenaria de tijolos, forros de estuque e pré-moldados, antes de qualquer revestimento, receberão um chapisco constituído de argamassa de cimento e areia ao traço volumétrico de 1:3, lançado a colher, com força suficiente a permitir uma perfeita aderência ao substrato em camada homogênea áspera, e de modo a recobrir toda a superfície a ser revestida.

#### **AREIA**

Deverá ser quartzosa, limpa e isenta de sais, óleos, matéria orgânica e quaisquer outras substâncias e impurezas prejudiciais, devendo apresentar grãos irregulares e angulosos, assim como, ter uma granulometria compatível com o tipo de serviço em que será empregada e com as exigências dos traços estabelecidos pelas dosagens das argamassas, devendo ainda obedecer às prescrições da NBR 7211; deverá haver poucas impurezas ou lavadas provenientes de jazidas (leito de rio). Para reboco deverá ser lavada, fina e peneirada, para as argamassas de alvenarias, emboços e obras diversas deverá ser de granulação média.

#### **REBOCO**

O revestimento só poderá ser aplicado após a pega e o endurecimento do chapisco de aderência, e sua espessura será de até 2,0 cm.

As superfícies revestidas dadas como prontas, deverão apresentar paramentos perfeitamente planos, aprumados, lisos, alinhados, nivelados, desempenados, e reproduzindo as formas determinadas no Projeto, arestas e cantos perfeitamente



alinhados e em concordâncias perfeitas, e serem isentos de rachaduras, falhas, depressões e quaisquer outros defeitos ou deformações.

## **6 - PISO**

Os pisos e pavimentos especificados deverão ser executados de acordo com os PROJETOS arquitetônicos e de pavimentação

Os pisos laváveis ou sujeitos a chuva serão executados com declive mínimo de 0.5%, de modo a permitir o fácil escoamento das águas de lavagem em direção aos ralos, soleiras ou portas externas. A declividade deve ser dada no lastro ou em alguns casos, quando a dimensão do ambiente o permitir, no próprio piso.

Os pisos serão assentos sobre uma camada regularizadora. Este lastro será de concreto simples no traço 1:4:8 (cimento:areia:brita), com 0.05 m ou 0.10 m de espessura, conforme orientação da FISCALIZAÇÃO e só será lançado após o nivelamento do aterro compactado e a colocação das canalizações que devam passar sob o piso.

Na parte frontal do prédio onde se localizará a entrada, deverá ser executada a pavimentação em bloco de concreto intertravado de 10x20, assentado em colchão de areia.

## **7 - PINTURA**

As pinturas serão executadas com acabamento impecável de acordo com o tipo e cor indicados no PROJETO ou nos casos omissos, conforme indicação da FISCALIZAÇÃO e atendendo as recomendações técnicas do FABRICANTE.

As tintas, massas, vernizes e os solventes a serem empregados deverão ser de primeira qualidade, nas cores e embalagens originais de fábrica; as tintas e vernizes deverão ter pigmentação uniforme e serem isentas de borras e quaisquer outras impurezas, devendo obedecer às especificações da EB-29 a 39 da ABNT;

O 'primer' e as massas destinadas ao tratamento ou acabamento das superfícies a serem pintadas, deverão ser os indicados pelo FABRICANTE das tintas ou vernizes, que serão utilizados;

Antes de iniciar a pintura sobre um reboco novo, aguardar até que o mesmo esteja seco e curado, o que demora cerca de 30 dias;

Para repinturas, inicialmente deve ser observado o estado da superfície que:

- Deve estar firme, limpa, seca, sem poeira, gordura, sabão ou mofo;
- Manchas de gordura ou graxa devem ser eliminadas com água e detergente; partes mofadas devem ser lavadas com uma solução 1:1 de água sanitária, em seguida, enxaguar a superfície; deve-se eliminar qualquer espécie de brilho, usando-se uma lixa de grana adequada;
- Imperfeições superficiais da superfície devem ser corrigidas com massa acrílica (reboco externo) ou com massa corrida (reboco interno); imperfeições profundas da parede devem ser corrigidas com reboco; partes soltas ou mal aderidas devem ser eliminadas, raspando-se ou escovando-se a superfície.

## **8 - INSTALAÇÕES**



As instalações do prédio compreenderão na execução das Instalações Elétricas, Hidrossanitárias, de Lógica, de Combate e Prevenção à Incêndios, SPDA, Gases Medicinais, Implantação e Instalação de Gerador e Subestação Elétrica.

Os projetos de Instalações deverão atender a todas as indicações do PROJETO arquitetônico e deverá ser compatibilizado perfeitamente com os PROJETOS complementares de estrutura, hidrossanitário, drenagem, etc.

As instalações só deverão ser aceitas quando entregues em perfeitas condições de funcionamento e ligadas à rede da empresa fornecedora de energia local.

## **9 - ESQUADRIAS**

Todos os materiais utilizados na confecção das esquadrias deverão ser de procedência idônea, e acabados de maneira que não apresentem rebarbas ou saliências capazes de obstar o funcionamento da abertura ou causar danos físicos ao usuário.

## **10 - LIMPEZA FINAL**

**ENTULHO:** Remover todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

**LIMPEZA:** Todas as pavimentações, revestimentos, cimentados, serão limpos, abundante e cuidadosamente lavados, de modo a não danificar outras partes da obra por estes serviços de limpeza.

**REMOÇÃO:** Serão removidos quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.

**MANCHAS:** Todas as manchas e salpicos de tinta serão cuidadosamente removidos, dando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos vidros e ferragens das esquadrias.

**METAIS E FERRAGENS:** Os metais e ferragens serão entregues sem vestígios de tintas e arranhões.

Documento assinado digitalmente



PAULO VICTOR SILVA E SOUZA  
Data: 15/02/2024 11:18:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Paulo Victor Silva e Souza**  
**Engenheiro Civil**  
**CREA/PA: 1518260659**





LAYOUT — HOSPITAL MUNICIPAL  
ESCALA 1:100



PROPOSTANTE: <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		TÍTULO: <b>PROJETO ARQUITETÔNICO HOSPITAL MUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA</b>	
ASSUNTO: LAYOUT		DATA: 05/02/2023	ESCALA: 1:100
ENDEREÇO: RUA VICENTE COSTA, BAIRRO PERPETUO SOCORRO, SÃO MIGUEL DO GUAMÁ		ARQUITETA E URBANISTA   CAU/PA 265385-0	PRANCHA: 01/01
RRT: NÃO EMITIDO			



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

**ANEXO II**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**





PLANILHA ORÇAMENTARIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá							REFERÊNCIA	SEDOP/OUT 2023
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá								SINAPI/DEZ 2023
Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel							BDI	ORSE/DEZ 2023
Cidade: São Miguel do Guamá								30,50%
Item	Fonte	Código	Nome	Un	Quantidade	Custo unitário	Preço Unitário	Preço Total
1			SERVIÇOS PRELIMINARES:					R\$ 115.212,84
1.1	SEOP	010786	Aluguel e montagem de andaime metálico	M²/Mês	600,00	R\$ 11,96	R\$ 15,60	R\$ 9.360,00
1.2	SEOP	010767	Barracão de madeira (incl. instalações)	m²	18,00	R\$ 755,80	R\$ 986,31	R\$ 17.753,58
1.3	SEOP	011330	Furo de sondagem - mais de 15m	UN	3,00	R\$ 3.065,69	R\$ 4.000,72	R\$ 12.002,16
1.4	PRÓPRIA	000001	Projeto Estrutural e de Fundações - Executivo	UN	1,00	R\$ 10.496,88	R\$ 13.698,42	R\$ 13.698,42
1.5	PRÓPRIA	000002	Projeto Elétrico - Executivo	UN	1,00	R\$ 7.872,66	R\$ 10.273,82	R\$ 10.273,82
1.6	PRÓPRIA	000003	Projeto SPDA - Executivo	UN	1,00	R\$ 4.373,70	R\$ 5.707,67	R\$ 5.707,67
1.7	PRÓPRIA	000004	Projeto de Lógica - Executivo	UN	1,00	R\$ 3.498,96	R\$ 4.566,14	R\$ 4.566,14
1.8	PRÓPRIA	000005	Projeto Hidrossanitário - Executivo	UN	1,00	R\$ 5.102,65	R\$ 6.658,95	R\$ 6.658,95
1.9	PRÓPRIA	000006	Projeto de Instalações de Gases Medicinais - Executivo	UN	1,00	R\$ 5.540,02	R\$ 7.229,72	R\$ 7.229,72
1.10	PRÓPRIA	000007	Projeto de Combate e Proteção à incêndios - Executivo	UN	1,00	R\$ 5.831,60	R\$ 7.610,23	R\$ 7.610,23
1.11	SEOP	010002	Levantamento planialtimétrico c/ aparelho	m²	4138,80	R\$ 0,96	R\$ 1,25	R\$ 5.173,50
1.12	SEOP	010009	Locação da obra a trena	m²	1500,40	R\$ 5,58	R\$ 7,28	R\$ 10.922,91
1.13	SEOP	011340	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica	m²	18,00	R\$ 181,18	R\$ 236,43	R\$ 4.255,74
2			DEMOLIÇÃO:					R\$ 11.763,02
2.1	SINAPI	005678	DEMOLIÇÃO DE RUÍNAS DE CONCRETO COM RETROESCAVADEIRA - Hora produtiva	CHP	28,00	R\$ 154,88	R\$ 202,11	R\$ 5.659,08
2.2	SINAPI	005679	DEMOLIÇÃO DE RUÍNAS DE CONCRETO COM RETROESCAVADEIRA - Hora improdutiva	CHI	4,00	R\$ 62,73	R\$ 81,86	R\$ 327,44
2.3	SINAPI	100974	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	150,00	R\$ 9,05	R\$ 11,81	R\$ 1.771,50
2.4	SINAPI	93589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1125,00	R\$ 2,73	R\$ 3,56	R\$ 4.005,00
3			TERRAPLENAGEM:					R\$ 123.610,55
3.1	SINAPI	098525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	M2	4138,80	R\$ 0,38	R\$ 0,49	R\$ 2.028,01
3.2	SINAPI	100974	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	110,00	R\$ 9,05	R\$ 11,81	R\$ 1.299,10
3.3	SINAPI	093589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	825,00	R\$ 2,73	R\$ 3,56	R\$ 2.937,00
3.4	SINAPI	101125	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (150HP/LÂMINA: 3,18M3). AF_07/2020	M3	1117,48	R\$ 14,77	R\$ 19,27	R\$ 21.533,83
3.5	SINAPI	093589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	8381,07	R\$ 2,73	R\$ 3,56	R\$ 29.836,60
3.6	SINAPI	006079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	1117,48	R\$ 33,70	R\$ 43,97	R\$ 49.135,59
3.7	SINAPI	096385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	1117,48	R\$ 11,55	R\$ 15,07	R\$ 16.840,42
4			FUNDAÇÕES:					R\$ 264.204,23
4.1			--> ESCAVAÇÃO:					
4.1.1	SEOP	030010	Escavação manual ate 1.50m de profundidade	m³	154,31	R\$ 78,80	R\$ 102,83	R\$ 15.867,69
4.1.2	SEOP	030254	Reaterro compactado	m³	126,69	R\$ 15,93	R\$ 20,78	R\$ 2.632,61
4.2			--> SAPATAS:					
4.2.1	SEOP	050740	Concreto c/ seixo Fck= 25MPa (incl. lançamento e adensamento)	m³	22,86	R\$ 932,73	R\$ 1.217,21	R\$ 27.825,42
4.2.2	SEOP	050038	Armação p/ concreto - Taxa 60Kg/m³	KG	1371,60	R\$ 15,77	R\$ 20,57	R\$ 28.213,81
4.2.3	SEOP	050035	Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 2x)	m²	152,40	R\$ 72,80	R\$ 95,00	R\$ 14.478,00
4.2.4	SEOP	050037	Desforma	m²	152,40	R\$ 5,91	R\$ 7,71	R\$ 1.175,00
4.3			--> PESCOÇO:					
4.3.1	SEOP	050740	Concreto c/ seixo Fck= 25MPa (incl. lançamento e adensamento)	m³	4,77	R\$ 932,73	R\$ 1.217,21	R\$ 5.806,09
4.3.2	SEOP	050038	Armação p/ concreto - Taxa 60Kg/m³	KG	285,75	R\$ 15,77	R\$ 20,57	R\$ 5.877,87
4.3.3	SEOP	050035	Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 2x)	m²	101,60	R\$ 72,80	R\$ 95,00	R\$ 9.652,00
4.3.4	SEOP	050037	Desforma	m²	98,40	R\$ 5,91	R\$ 7,71	R\$ 758,66
4.4			--> BALDRAME:					
4.4.1	SEOP	050740	Concreto c/ seixo Fck= 25MPa (incl. lançamento e adensamento)	m³	36,49	R\$ 932,73	R\$ 1.217,21	R\$ 44.415,99
4.4.2	SEOP	050038	Armação p/ concreto - Taxa 60Kg/m³	KG	2189,40	R\$ 15,77	R\$ 20,57	R\$ 45.035,95
4.4.3	SEOP	050035	Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 2x)	m²	608,17	R\$ 72,80	R\$ 95,00	R\$ 57.776,15
4.4.4	SEOP	050037	Desforma	m²	608,17	R\$ 5,91	R\$ 7,71	R\$ 4.688,99
5			ESTRUTURA:					R\$ 129.833,08
5.1			--> PILARES:					
5.1.1	SEOP	050740	Concreto c/ seixo Fck= 25MPa (incl. lançamento e adensamento)	m³	11,10	R\$ 932,73	R\$ 1.217,21	R\$ 13.511,03





PLANILHA ORÇAMENTARIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							REFERÊNCIA	SEDOP/OUT 2023
Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá								SINAPI/DEZ 2023
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá								ORSE/DEZ 2023
Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel							BDI	30,50%
Cidade: São Miguel do Guamá								Preço Total
Item	Fonte	Código	Nome	Un	Quantidade	Custo unitário	Preço Unitário	
5.1.2	SEOP	050038	Armação p/ concreto - Taxa 60Kg/m³	KG	666,00	R\$ 15,77	R\$ 20,57	R\$ 13.699,62
5.1.3	SEOP	050035	Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 2x)	m²	236,80	R\$ 72,80	R\$ 95,00	R\$ 22.496,00
5.1.4	SEOP	050037	Desforma	m²	236,80	R\$ 5,91	R\$ 7,71	R\$ 1.825,72
5.2			--> VIGAS:					
5.2.1	SEOP	050740	Concreto c/ seixo Fck= 25MPa (incl. lançamento e adensamento)	m³	14,46	R\$ 932,73	R\$ 1.217,21	R\$ 17.600,85
5.2.2	SEOP	050038	Armação p/ concreto - Taxa 60Kg/m³	KG	867,60	R\$ 15,77	R\$ 20,57	R\$ 17.846,53
5.2.3	SEOP	050035	Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 2x)	m²	225,00	R\$ 72,80	R\$ 95,00	R\$ 21.375,00
5.2.4	SEOP	050037	Desforma	m²	225,00	R\$ 5,91	R\$ 7,71	R\$ 1.734,75
5.3			--> TRAVAMENTO DA PLATIBANDA:					
5.3.1	SEOP	050740	Concreto c/ seixo Fck= 25MPa (incl. lançamento e adensamento)	m³	4,17	R\$ 932,73	R\$ 1.217,21	R\$ 5.075,76
5.3.2	SEOP	050038	Armação p/ concreto - Taxa 60Kg/m³	KG	250,20	R\$ 15,77	R\$ 20,57	R\$ 5.146,61
5.3.3	SEOP	050035	Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 2x)	m²	92,70	R\$ 72,80	R\$ 95,00	R\$ 8.806,50
5.3.4	SEOP	050037	Desforma	m²	92,70	R\$ 5,91	R\$ 7,71	R\$ 714,71
6			PAREDES E PAINEIS:					R\$ 568.036,44
6.1	SEOP	060046	Alvenaria tijolo de barro a cutelo	m²	2696,74	R\$ 103,76	R\$ 135,40	R\$ 365.138,59
6.2	SEOP	050681	Concreto armado Fck=15 MPA c/forma mad. branca (incl. lançamento e adensamento) - Vergas	m³	2,29	R\$ 3.776,73	R\$ 4.928,63	R\$ 11.286,56
6.3	SEOP	060812	Divisória em granito preto - Incl. ferragens de fixação	m²	18,28	R\$ 1.413,21	R\$ 1.844,23	R\$ 33.712,52
6.4	SEOP	061458	Painel em ACM - Estruturado (fachadas)	m²	172,55	R\$ 701,22	R\$ 915,09	R\$ 157.898,77
7			COBERTURA:					R\$ 1.022.622,80
7.1			--> ESTRUTURA:					
7.1.1	SEOP	071361	Estrutura metálica p/ cobertura - 2 águas-vão até 20m	m²	125,90	R\$ 252,81	R\$ 329,91	R\$ 41.535,66
7.1.2	SEOP	071495	Estrutura metálica p/ cobertura - 2 águas-vão até 40m	m²	1387,20	R\$ 276,72	R\$ 361,11	R\$ 500.931,79
7.2			--> TELHAMENTO:					
7.2.1	SEOP	071497	Cobertura - Telha termoacústica e=30mm chapa filme com isolamento em poliisocianurato (PIR)	m²	1513,10	R\$ 197,72	R\$ 258,02	R\$ 390.410,06
7.2.2	SEOP	071364	Cobertura em policarbonato Incolor- Incl. estr. metálica	m²	34,00	R\$ 533,53	R\$ 696,25	R\$ 23.672,50
7.3			--> CALHAS / CUMEEIRAS:					
7.3.1	SEOP	050282	Calha Concreto armado Fck=18 MPA com forma aparente - 1 reaproveitamento (incl. lançamento e adensamento)	m³	10,71	R\$ 3.430,55	R\$ 4.476,86	R\$ 47.947,17
7.3.2	SEOP	050282	Rufo em Concreto armado Fck=18 MPA com forma aparente - 1 reaproveitamento (incl. lançamento e adensamento)	m³	1,220000	R\$ 3.430,55	R\$ 4.476,86	R\$ 5.461,76
7.3.3	SEOP	070031	Cumeeira alumínio e = 0,8 mm	M	48,40	R\$ 200,50	R\$ 261,65	R\$ 12.663,86
8			IMPERMEABILIZAÇÕES /TRATAMENTOS:					R\$ 87.664,38
8.1	SEOP	080151	Impermeabilização de rufos e calhas	m²	141,56	R\$ 159,85	R\$ 208,60	R\$ 29.529,41
8.2	SEOP	080293	Impermeabilização para baldrame	m²	608,17	R\$ 73,25	R\$ 95,59	R\$ 58.134,97
9			ESQUADRIAS:					R\$ 293.199,62
9.1			--> PORTAS:					
9.1.1	SEOP	090063	Porta mad. trabalhada c/ caix. aduela e alizar	m²	144,48	R\$ 697,87	R\$ 910,72	R\$ 131.580,82
9.1.2	SEOP	091379	Porta em vidro temperado c/ ferragens -(sem mola)	m²	25,41	R\$ 931,06	R\$ 1.215,03	R\$ 30.873,91
9.1.3	SEOP	090822	Portão de ferro em metalom (incl. pintura anti corrosiva)	m²	17,98	R\$ 442,12	R\$ 576,96	R\$ 10.373,74
9.1.4	SEOP	091380	Porta c/ venezianas de alumínio natural c/ ferragens	m²	10,08	R\$ 1.433,13	R\$ 1.870,23	R\$ 18.851,91
9.2			--> JANELAS, BALANCINS E PAINÉIS:					
9.2.1	SEOP	091517	Esquadria basculante em vidro temperado de 6mm	m²	3,30	R\$ 724,24	R\$ 945,13	R\$ 3.118,92
9.2.2	SEOP	091512	Esquadria de correr em vidro temperado de 8mm	m²	46,50	R\$ 763,94	R\$ 996,94	R\$ 46.357,71
9.2.3	SEOP	161386	Painel fixo em Vidro temperado fumê e=10mm - com ferragens	m²	46,80	R\$ 781,89	R\$ 1.020,36	R\$ 47.752,84
9.2.4	SEOP	251321	Película G5 - Aplicada	m²	49,80	R\$ 66,01	R\$ 86,14	R\$ 4.289,77
10			REVESTIMENTOS:					R\$ 459.950,28
10.1	SEOP	110143	Chapisco de cimento e areia no traço 1:3	m²	5393,48	R\$ 14,22	R\$ 18,55	R\$ 100.049,05
10.2	SEOP	110762	Emboço com argamassa 1:6:Adit. Plast.	m²	556,74	R\$ 35,84	R\$ 46,77	R\$ 26.038,72
10.3	SEOP	110763	Reboco com argamassa 1:6:Adit. Plast.	m²	4836,74	R\$ 41,86	R\$ 54,62	R\$ 264.182,73
10.4	SEOP	110645	Revestimento Cerâmico Padrão Alto	m²	346,56	R\$ 75,64	R\$ 98,71	R\$ 34.208,93
10.5	SEOP	110644	Revestimento em Casquilho Cerâmico - Fachada	m²	147,45	R\$ 64,67	R\$ 84,39	R\$ 12.443,30
10.6	SEOP	130759	Revestimento em Porcelanato - incluindo rejuntamento (Padrão Alto)	m²	62,73	R\$ 281,30	R\$ 367,09	R\$ 23.027,55
11			RODAPES, SOLEIRAS E PEITORIS:					R\$ 36.325,63
11.1	SEOP	120164	Rodape ceramico h=8cm	M	112,82	R\$ 25,58	R\$ 33,38	R\$ 3.765,93
11.2	SEOP	120688	Rodapé de alta resistência (incl. polimento)	M	1040,19	R\$ 13,95	R\$ 18,20	R\$ 18.931,45
11.3	SEOP	120733	Soleira e Peitoril em granito (preto) c/ rebaixo e=3cm	m²	11,72	R\$ 891,05	R\$ 1.162,82	R\$ 13.628,25
12			PISOS:					R\$ 441.586,07
12.1	SEOP	130492	Calçada (incl.alicerce, baldrame e concreto c/ junta seca)	m²	168,89	R\$ 127,52	R\$ 166,41	R\$ 28.104,98
12.2	SEOP	130507	Camada impermeabilizadora e=10cm c/ seixo	m²	1478,44	R\$ 78,99	R\$ 103,08	R\$ 152.397,59
12.3	SEOP	130110	Camada regularizadora no traço 1:4	m²	107,76	R\$ 38,55	R\$ 50,30	R\$ 5.420,32
12.4	SEOP	130725	Lajota ceramica - incluindo rejuntamento (Padrão Alto)	m²	107,76	R\$ 92,59	R\$ 120,82	R\$ 13.019,56
12.5	SEOP	130626	Piso de alta resistência e=8mm c/ resina incl. camada regularizadora	m²	1333,28	R\$ 139,46	R\$ 181,99	R\$ 242.643,62
13			FORROS:					R\$ 182.247,29
13.1	SEOP	141368	Forro em gesso acartonado estruturado	m²	1478,44	R\$ 94,46	R\$ 123,27	R\$ 182.247,29
14			PINTURAS:					R\$ 452.893,07
14.1	SEOP	150130	Verniz poliuretano sobre concreto/tijolo	m²	147,45	R\$ 42,72	R\$ 55,74	R\$ 8.218,86
14.2	SEOP	150606	Verniz poliuretano sobre madeira (Portas)	m²	288,96	R\$ 30,10	R\$ 39,28	R\$ 11.350,34



PLANILHA ORÇAMENTARIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							REFERÊNCIA	SEDOP/OUT 2023
Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá								SINAPI/DEZ 2023
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá								ORSE/DEZ 2023
Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel							BDI	30,50%
Cidade: São Miguel do Guamá								Preço Total
Item	Fonte	Código	Nome	Un	Quantidade	Custo unitário	Preço Unitário	Preço Total
14.3	SEOP	150253	Pintura acrílica fosca int./ext. c/massa e selador - 3 demaos (Forro)	m²	1478,44	R\$ 46,99	R\$ 61,32	R\$ 90.657,94
14.4	SEOP	151284	Pintura acrílica semi-brilho c/ massa e selador - interna e externa	m²	4836,74	R\$ 53,51	R\$ 69,83	R\$ 337.749,55
14.5	SEOP	150207	Acrílica para piso	m²	168,89	R\$ 22,31	R\$ 29,11	R\$ 4.916,38
15			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:					R\$ 754.204,79
15.1			--> QUADROS E CAIXAS:					
15.1.1	SEOP	170876	Caixa de inspeção em polipropileno - 30x40cm	UN	1,00	R\$ 91,69	R\$ 119,65	R\$ 119,65
15.1.2	SEOP	170323	Caixa de passagem ch. aço 100x100x80mm	UN	9,00	R\$ 49,73	R\$ 64,89	R\$ 584,01
15.1.3	SEOP	170877	Caixa de passagem em alumínio 100x100x70mm	UN	49,00	R\$ 73,30	R\$ 95,65	R\$ 4.686,85
15.1.4	SEOP	170881	Caixa plástica 4"x2"	UN	443,00	R\$ 8,97	R\$ 11,70	R\$ 5.183,10
15.1.5	SEOP	170322	Centro de distribuição metálico de embutir p/ 24 disjuntores (c/ barramento)	UN	1,00	R\$ 736,88	R\$ 961,62	R\$ 961,62
15.1.6	SEOP	170890	Centro de distribuição metálico de embutir p/ 70 disjuntores (c/ barramento)	UN	2,00	R\$ 3.364,43	R\$ 4.390,58	R\$ 8.781,16
15.2			--> DISJUNTORES:					
15.2.1	SEOP	170326	Disjuntor 1P - 6 a 32A - PADRÃO DIN	UN	30,00	R\$ 24,14	R\$ 31,50	R\$ 945,00
15.2.2	SEOP	170362	Disjuntor 2P - 6 a 32A - PADRÃO DIN	UN	50,00	R\$ 68,05	R\$ 88,80	R\$ 4.440,00
15.2.3	SEOP	170896	Disjuntor 3P - 600A	UN	1,00	R\$ 3.063,04	R\$ 3.997,26	R\$ 3.997,26
15.3			--> ELETRODUTOS, CONDULETES E CALHAS:					
15.3.1	SEOP	170931	Eletrocalha de metal curve "U"perf. 50x50x3000	UN	175,00	R\$ 116,21	R\$ 151,65	R\$ 26.538,75
15.3.2	SEOP	170077	Eletroduto PVC Rígido de 3"	M	240,00	R\$ 48,05	R\$ 62,70	R\$ 15.048,00
15.3.3	SEOP	170727	Eletroduto PVC Rígido de 4"	M	68,00	R\$ 114,48	R\$ 149,39	R\$ 10.158,52
15.4			--> CABOS:					
15.4.1	SEOP	170743	Cabo de cobre 2,5mm2 - 1 KV	M	6500,00	R\$ 7,68	R\$ 10,02	R\$ 65.130,00
15.4.2	SEOP	170745	Cabo de cobre 6mm2 - 1 KV	M	4800,00	R\$ 12,05	R\$ 15,72	R\$ 75.456,00
15.4.3	SEOP	170746	Cabo de cobre 10mm2 - 1 KV	M	1600,00	R\$ 15,62	R\$ 20,38	R\$ 32.608,00
15.4.4	SEOP	170934	Cabo de cobre 120 mm² - 1 KV	M	340,00	R\$ 138,45	R\$ 180,67	R\$ 61.427,80
15.4.5	SEOP	171272	Cabo de cobre nú 35mm²	M	18,00	R\$ 32,21	R\$ 42,03	R\$ 756,54
15.5			--> PONTOS, TOMADAS E INTERRUPTORES:					
15.5.1	SEOP	170332	Interruptor 1 tecla simples (s/fiação)	UN	66,00	R\$ 19,54	R\$ 25,49	R\$ 1.682,34
15.5.2	SEOP	170956	Tomada de piso 3P+T - 4"x2"	UN	4,00	R\$ 69,12	R\$ 90,20	R\$ 360,80
15.5.3	SEOP	171522	Tomadas 2 (2P+T) 10A (s/fiação)	UN	220,00	R\$ 32,70	R\$ 42,67	R\$ 9.387,40
15.5.4	SEOP	171520	Tomadas 2 (2P+T) 20A (s/fiação)	UN	20,00	R\$ 38,49	R\$ 50,22	R\$ 1.004,40
15.6			--> LUMINÁRIAS:					
15.6.1	SEOP	170993	Holofote - LED 300W (Cônico)	UN	8,00	R\$ 281,02	R\$ 366,73	R\$ 2.933,84
15.6.2	SEOP	171530	Luminária de embutir com aletas e 2 lâmpadas de Led de 18W	UN	99,00	R\$ 306,20	R\$ 399,59	R\$ 39.559,41
15.6.3	SINAPI	101657	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2020	UN	18,00	R\$ 582,43	R\$ 760,07	R\$ 13.681,26
15.6.4	SINAPI	097607	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 6 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 02/2020	UN	8,00	R\$ 118,68	R\$ 154,87	R\$ 1.238,96
15.7			--> ALIMENTAÇÃO, MEDIÇÃO, PROTEÇÃO E MOTORES:					
15.7.1	SEOP	170512	Gerador 111/101Kva -60Hz -220/127V com acessórios	UN	1,00	R\$ 165.045,75	R\$ 215.384,70	R\$ 215.384,70
15.7.2	SEOP	170625	Poste em fo.go. h=11m (incl.base concr.ciclópico)	UN	9,00	R\$ 3.368,11	R\$ 4.395,38	R\$ 39.558,42
15.7.3	SEOP	170695	Subestação aérea c/ transformador 150 KVA (incl.poste, acessorios e cabine de medição)	UN	1,00	R\$ 73.451,44	R\$ 95.854,12	R\$ 95.854,12
15.8			--> ACESSÓRIOS E CONEXÕES (I):					
15.8.1	SEOP	171059	Rele fotoelettrico	UN	4,00	R\$ 102,54	R\$ 133,81	R\$ 535,24
15.8.2	SEOP	251027	Exaustor d=40cm	UN	7,00	R\$ 385,42	R\$ 502,97	R\$ 3.520,79
15.8.3	SEOP	171068	Suporte para eletrocalhas	UN	123,00	R\$ 42,84	R\$ 55,90	R\$ 6.875,70
15.9			--> ACESSÓRIOS E CONEXÕES (II):					
15.9.1	SEOP	171163	Haste de Aço cobreada 3/4"x3m c/ conector	UN	15,00	R\$ 296,56	R\$ 387,01	R\$ 5.805,15
16			SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA):					R\$ 49.542,01
16.1	SEOP	170378	Pára-Raio latao cromado tipo Franklin (s/acess.)	UN	4,00	R\$ 192,79	R\$ 251,59	R\$ 1.006,36
16.2	SINAPI	98463	SUPORTE ISOLADOR PARA FIXAÇÃO DA CORDOALHA DE COBRE EM ALVENARIA OU CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2023	UN	7,00	R\$ 25,67	R\$ 33,49	R\$ 234,43
16.3	SEOP	171270	Cabo de cobre nú 16mm²	M	65,00	R\$ 21,72	R\$ 28,34	R\$ 1.842,10
16.4	SEOP	171272	Cabo de cobre nú 35mm²	M	348,00	R\$ 32,21	R\$ 42,03	R\$ 14.626,44
16.5	SEOP	171273	Cabo de cobre nú 50mm²	M	308,00	R\$ 52,24	R\$ 68,17	R\$ 20.996,36
16.6	SEOP	170876	Caixa de inspeção em polipropileno - 30x40cm	UN	16,00	R\$ 91,69	R\$ 119,65	R\$ 1.914,40
16.7	SEOP	171299	Ponto de solda exotérmica	PT	32,00	R\$ 47,43	R\$ 61,89	R\$ 1.980,48
16.8	SEOP	171165	Haste de Aço cobreada 5/8"x3,0m c/ conector	UN	16,00	R\$ 182,64	R\$ 238,34	R\$ 3.813,44
16.9	SEOP	171074	Terminal de compressão em latão 35mm²	UN	340,00	R\$ 7,05	R\$ 9,20	R\$ 3.128,00
17			INSTALAÇÕES DE LÓGICA:					R\$ 18.337,21
17.1	SEOP	170690	Ponto de logica - UTP (c/ instalação aparente)	PT	23,00	R\$ 567,68	R\$ 740,82	R\$ 17.038,86
17.2	SEOP	171181	Tomada femea RJ-11 completa	UN	23,00	R\$ 43,26	R\$ 56,45	R\$ 1.298,35
18			INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO:					R\$ 16.068,00
18.1	SEOP	231084	Ponto de dreno p/ split (10m)	PT	48,00	R\$ 256,52	R\$ 334,75	R\$ 16.068,00
19			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:					R\$ 383.914,29
19.1			--> AGUA FRIA: TUBOS,VÁLVULAS E REGISTROS:					
19.1.1	SEOP	180639	Automatico de nivel inferior e superior (c/ eletroduto e fiação)	CJ	1,00	R\$ 724,08	R\$ 944,92	R\$ 944,92
19.1.2	SEOP	180299	Ponto de agua (incl. tubos e conexoes)	PT	58,00	R\$ 389,56	R\$ 508,37	R\$ 29.485,46
19.1.3	SEOP	180803	Registro de gaveta 2 1/2" - Bruto	UN	1,00	R\$ 357,45	R\$ 466,47	R\$ 466,47
19.1.4	SEOP	180444	Registro de gaveta c/ canopla - 1"	UN	26,00	R\$ 156,44	R\$ 204,15	R\$ 5.307,90
19.1.5	SEOP	180838	Reservatório em fibra de vidro 10.000 L - Cisterna	UN	1,00	R\$ 7.971,70	R\$ 10.403,06	R\$ 10.403,06





PLANILHA ORÇAMENTARIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá							REFERÊNCIA	SEDOP/OUT 2023	
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá								SINAPI/DEZ 2023	
Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel								ORSE/DEZ 2023	
Cidade: São Miguel do Guamá							BDI	30,50%	
Item	Fonte	Código	Nome	Un	Quantidade	Custo unitário	Preço Unitário	Preço Total	
19.1.6	SEOP	180837	Reservatório em polietileno de 5.000 L - Abastecimento	UN	2,00	R\$ 6.039,32	R\$ 7.881,31	R\$ 15.762,62	
19.1.7	SEOP	180837	Reservatório em polietileno de 5.000 L - Reserva de Incêndio	UN	2,00	R\$ 6.039,32	R\$ 7.881,31	R\$ 15.762,62	
19.1.8	SEOP	180107	Tubo em PVC - JS - 25mm (c/ rasgo na alvenaria)-LH	M	104,00	R\$ 18,04	R\$ 23,54	R\$ 2.448,16	
19.1.9	SEOP	180106	Tubo em PVC - JS - 32mm (c/ rasgo na alvenaria)-LH	M	140,00	R\$ 29,35	R\$ 38,30	R\$ 5.362,00	
19.1.10	SEOP	180423	Tubo em PVC - JS - 50mm (c/ rasgo na alvenaria)-LH	M	70,00	R\$ 46,08	R\$ 60,13	R\$ 4.209,10	
19.1.11	SEOP	180424	Tubo em PVC - JS - 60mm (c/ rasgo na alvenaria)-LH	M	21,00	R\$ 77,70	R\$ 101,39	R\$ 2.129,19	
19.2			--> CONEXÕES (LH) - ÁGUA FRIA:						
19.2.1	SEOP	180230	Bucha de redução JS - 32mm x 25mm (LH)	UN	26,00	R\$ 6,90	R\$ 9,00	R\$ 234,00	
19.2.2	SEOP	180231	Bucha de redução JS - 40mm x 32mm (LH)	UN	9,00	R\$ 11,05	R\$ 14,42	R\$ 129,78	
19.2.3	SEOP	180232	Bucha de redução JS - 50mm x 40mm (LH)	UN	9,00	R\$ 13,82	R\$ 18,03	R\$ 162,27	
19.2.4	SEOP	180233	Bucha de redução JS - 60mm x 50mm (LH)	UN	1,00	R\$ 15,91	R\$ 20,76	R\$ 20,76	
19.2.5	SEOP	181513	Bucha de redução JS 25x20mm (LH)	UN	26,00	R\$ 5,77	R\$ 7,52	R\$ 195,52	
19.2.6	SEOP	181398	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 60mm (LH)	UN	7,00	R\$ 49,63	R\$ 64,76	R\$ 453,32	
19.2.7	SEOP	180225	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 25mm (LH)	UN	49,00	R\$ 12,36	R\$ 16,12	R\$ 789,88	
19.2.8	SEOP	180224	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 32mm (LH)	UN	17,00	R\$ 14,80	R\$ 19,31	R\$ 328,27	
19.2.9	SEOP	180223	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 50mm (LH)	UN	13,00	R\$ 24,54	R\$ 32,02	R\$ 416,26	
19.2.10	SEOP	180434	Tê em PVC - JS - 25mm-LH	UN	6,00	R\$ 10,77	R\$ 14,05	R\$ 84,30	
19.2.11	SEOP	180435	Tê em PVC - JS - 32mm-LH	UN	19,00	R\$ 15,52	R\$ 20,25	R\$ 384,75	
19.2.12	SEOP	180437	Tê em PVC - JS - 50mm-LH	UN	16,00	R\$ 26,76	R\$ 34,92	R\$ 558,72	
19.2.13	SEOP	180438	Tê em PVC - JS - 60mm-LH	UN	6,00	R\$ 85,37	R\$ 111,40	R\$ 668,40	
19.3			--> ESGOTO: TUBOS,FOSSAS,SUMIDOUROS E CAIXAS:						
19.3.1	SEOP	180679	Caixa em alvenaria de 50x50x50cm c/ tpo. concreto	UN	32,00	R\$ 485,41	R\$ 633,46	R\$ 20.270,72	
19.3.2	SEOP	180417	Filtro anaerobico conc.arm. d=1.4m p=1.8m	UN	2,00	R\$ 4.081,01	R\$ 5.325,71	R\$ 10.651,42	
19.3.3	SEOP	180548	Fossa septica em concreto armado - cap=150 pessoas	UN	2,00	R\$ 18.217,63	R\$ 23.774,00	R\$ 47.548,00	
19.3.4	SEOP	180214	Ponto de esgoto (incl. tubos, conexoes,cx. e ralos)	PT	87,00	R\$ 444,90	R\$ 580,59	R\$ 50.511,33	
19.3.5	SEOP	180540	Sumidouro em alvenaria c/ tpo.em concreto - cap=150 pessoas	UN	2,00	R\$ 8.998,24	R\$ 11.742,70	R\$ 23.485,40	
19.3.6	SEOP	180508	Tubo em PVC - 150mm (LS)	M	360,00	R\$ 83,69	R\$ 109,21	R\$ 39.315,60	
19.4			--> AGUAS PLUVIAIS:						
19.4.1	SEOP	180520	Canaleta em concreto simples (0,40x0,30m)	M	146,00	R\$ 322,12	R\$ 420,36	R\$ 61.372,56	
19.4.2	SEOP	180592	Condutor em PVC rígido soldavel - 100mm	M	153,00	R\$ 67,51	R\$ 88,10	R\$ 13.479,30	
19.4.3	SEOP	180315	Condutor em PVC rígido soldavel 150mm	M	53,00	R\$ 103,90	R\$ 135,58	R\$ 7.185,74	
19.4.4	SEOP	180679	Caixa em alvenaria de 50x50x50cm c/ tpo. concreto	UN	13,00	R\$ 485,41	R\$ 633,46	R\$ 8.234,98	
19.5			--> BOMBAS:						
19.5.1	SEOP	181477	Bomba Submersa 2 CV (sem tubulação)	UN	1,00	R\$ 3.947,52	R\$ 5.151,51	R\$ 5.151,51	
20			INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO/COMBATE A INCÊNDIO:					R\$ 58.465,48	
20.1	SINAPI	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	17,00	R\$ 25,91	R\$ 33,81	R\$ 574,77	
20.2	SEOP	241468	Placa de sinalização fotoluminoscente	UN	31,00	R\$ 49,18	R\$ 64,17	R\$ 1.989,27	
20.3	SEOP	200635	Caixa de incendio c/ mangueira e acessorios	UN	4,00	R\$ 1.419,41	R\$ 1.852,33	R\$ 7.409,32	
20.4	SEOP	201509	Extintor de incêndio ABC - 12Kg	UN	10,00	R\$ 368,43	R\$ 480,80	R\$ 4.808,00	
20.5	SEOP	201280	Joelho/Cotovelo F° G° 90° 3"	UN	11,00	R\$ 174,63	R\$ 227,89	R\$ 2.506,79	
20.6	SEOP	200832	Porta corta fogo (0.80x2.10m)	UN	1,00	R\$ 2.572,35	R\$ 3.356,91	R\$ 3.356,91	
20.7	SEOP	201278	Tê F° G° 3"	UN	6,00	R\$ 140,21	R\$ 182,97	R\$ 1.097,82	
20.8	SEOP	201276	Tubo F° G° 3"	M	97,00	R\$ 173,96	R\$ 227,01	R\$ 22.019,97	
20.9	SEOP	180385	Bomba centrífuga 7.5 CV (sem tubulação)	UN	1,00	R\$ 11.266,39	R\$ 14.702,63	R\$ 14.702,63	
21			INSTALAÇÕES DE REDE DE GASES MEDICINAIS:					R\$ 211.671,30	
21.1	SINAPI	103835	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 15 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	M	504,00	R\$ 57,99	R\$ 75,67	R\$ 38.137,68	
21.2	SINAPI	103837	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 28 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	M	402,00	R\$ 113,81	R\$ 148,52	R\$ 59.705,04	
21.3	SEOP	171068	Suporte para eletrocalhas	UN	134,00	R\$ 42,84	R\$ 55,90	R\$ 7.490,60	
21.4	SINAPI	103847	LUVA EM COBRE, DN 15 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	84,00	R\$ 10,18	R\$ 13,28	R\$ 1.115,52	
21.5	SINAPI	103859	LUVA EM COBRE, DN 28 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	67,00	R\$ 23,02	R\$ 30,04	R\$ 2.012,68	
21.6	SINAPI	103838	COTOVELO EM COBRE, DN 15 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	252,00	R\$ 15,63	R\$ 20,39	R\$ 5.138,28	
21.7	SINAPI	103845	COTOVELO EM COBRE, DN 28 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	36,00	R\$ 36,71	R\$ 47,90	R\$ 1.724,40	
21.8	SINAPI	103867	TÊ EM COBRE, DN 28 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	126,00	R\$ 47,37	R\$ 61,81	R\$ 7.788,06	
21.9	SINAPI	103864	BUCHA DE REDUÇÃO EM COBRE, DN 28 MM X 22 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	126,00	R\$ 19,90	R\$ 25,96	R\$ 3.270,96	



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá							REFERÊNCIA	SEDOP/OUT 2023
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá								SINAPI/DEZ 2023
Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel								ORSE/DEZ 2023
Cidade: São Miguel do Guamá							BDI	30,50%
Item	Fonte	Código	Nome	Un	Quantidade	Custo unitário	Preço Unitário	Preço Total
21.10	SINAPI	103856	BUCHA DE REDUÇÃO EM COBRE, DN 22 MM X 15 MM, SEM ANEL DE SOLDA, PONTA X BOLSA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	126,00	R\$ 14,52	R\$ 18,94	R\$ 2.386,44
21.11	COTAÇÃO		Válvula motorizada esfera, com duas vias atuador floating, diâmetro 3/4" a 1 1/2"	UN	2,00	R\$ 1.229,52	R\$ 1.604,52	R\$ 3.209,04
21.12	COTAÇÃO		Painel de alarme de gases - ar comprimido	UN	2,00	R\$ 964,89	R\$ 1.259,18	R\$ 2.518,36
21.13	COTAÇÃO		Painel de alarme de gases - oxigênio	UN	2,00	R\$ 964,89	R\$ 1.259,18	R\$ 2.518,36
21.14	COTAÇÃO		Painel de alarme de gases - vácuo	UN	2,00	R\$ 964,89	R\$ 1.259,18	R\$ 2.518,36
21.15	COTAÇÃO		Regua de gases e tomadas tipo R3	UN	42,00	R\$ 1.316,14	R\$ 1.717,56	R\$ 72.137,52
22			APARELHOS, LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS:					R\$ 122.325,26
22.1	SEOP	190303	Bacia sifonada - PCD	UN	1,00	R\$ 1.510,62	R\$ 1.971,35	R\$ 1.971,35
22.2	SEOP	190609	Bacia sifonada c/cx. descarga acoplada c/ assento	UN	14,00	R\$ 597,14	R\$ 779,26	R\$ 10.909,64
22.3	SEOP	190716	Barra em aço inox (PCD)	M	30,00	R\$ 300,71	R\$ 392,42	R\$ 11.772,60
22.4	SEOP	190231	Chuveiro cromado	UN	5,00	R\$ 91,68	R\$ 119,64	R\$ 598,20
22.5	SEOP	190691	Ducha higienica cromada	UN	6,00	R\$ 168,28	R\$ 219,60	R\$ 1.317,60
22.6	SEOP	190792	Filtro de parede	UN	2,00	R\$ 312,96	R\$ 408,41	R\$ 816,82
22.7	PRÓPRIA	000008	Bancadas em Granito preto e=2cm com rodobancada e saias, com cuba inox, torneira, válvula, sifão e engate - 3,00m x 0,80m	UN	12,00	R\$ 4.211,22	R\$ 5.495,64	R\$ 65.947,68
22.8	SEOP	190092	Lavatorio de louça c/col.torn.,mistur.,sifao e valv.	UN	13,00	R\$ 1.111,82	R\$ 1.450,92	R\$ 18.861,96
22.9	SEOP	190304	Lavatório de louça s/ coluna (incl. torn.sifão e válvula )-PCD	UN	1,00	R\$ 1.264,57	R\$ 1.650,26	R\$ 1.650,26
22.10	SEOP	190797	Porta papel higiênico - Polipropileno	UN	15,00	R\$ 87,66	R\$ 114,39	R\$ 1.715,85
22.11	SEOP	190795	Porta toalha de papel - Polipropileno	UN	26,00	R\$ 115,80	R\$ 151,11	R\$ 3.928,86
22.12	SEOP	190849	Saboneteira para sabão líquido (vidro+inox) -FIXA	UN	26,00	R\$ 70,87	R\$ 92,48	R\$ 2.404,48
22.13	SEOP	190097	Torneira cromada de 1/2" p/ jardim	UN	4,00	R\$ 67,09	R\$ 87,55	R\$ 350,20
22.14	SEOP	191274	Torneira de bóia 3/4"	UN	1,00	R\$ 61,12	R\$ 79,76	R\$ 79,76
23			SERRALHERIA:					R\$ 1.660,22
23.1	SEOP	241318	Placa de inauguração em aço inox/letras bx. relevo- (40 x 30cm)	UN	1,00	R\$ 1.272,20	R\$ 1.660,22	R\$ 1.660,22
24			ESTRUTURAS COMPLEMENTARES:					R\$ 584.149,27
24.1			--> MURO DE ARRIMO:					
24.1.1	SEOP	050740	Concreto c/ seixo Fck= 25MPa (incl. lançamento e adensamento)	m³	131,40	R\$ 932,73	R\$ 1.217,21	R\$ 159.941,39
24.1.2	SEOP	050038	Armação p/ concreto - Taxa 60Kg/m³	KG	7884,00	R\$ 15,77	R\$ 20,57	R\$ 162.173,88
24.1.3	SEOP	050035	Formas para concreto em chapa de madeira compensada resinada e=15mm (REAP 2x)	m²	481,80	R\$ 72,80	R\$ 95,00	R\$ 45.771,00
24.1.4	SEOP	050037	Desforma	m²	481,80	R\$ 5,91	R\$ 7,71	R\$ 3.714,67
24.2			--> OUTROS:					
24.2.1	SEOP	260213	Muro em alvenaria,rebocado e pintado 2 faces(h=2.0m)	M	146,00	R\$ 723,29	R\$ 943,89	R\$ 137.807,94
24.2.2	SEOP	250603	Torre em conc.armado p/ cx.d'agua h=6,0m-base 3.0x3.0m	UN	2,00	R\$ 20.435,83	R\$ 26.668,75	R\$ 53.337,50
24.2.3	SEOP	250646	Abrigo p/ grupo gerador (2,50 x 2,00m)	UN	1,00	R\$ 14.364,79	R\$ 18.746,05	R\$ 18.746,05
24.2.4	SEOP	250512	Casa de bomba - 1,20x0,80m; h = 0,80m	UN	1,00	R\$ 2.035,90	R\$ 2.656,84	R\$ 2.656,84
25			URBANIZAÇÃO, FACHADA E PAISAGISMO:					R\$ 640.443,10
25.1	SEOP	260728	Bloco de concreto intertravado e=8cm (incl. colchao de areia e rejuntamento)	m²	2520,56	R\$ 135,96	R\$ 177,42	R\$ 447.197,75
25.2	SEOP	260188	Mastro em fo.go. sobre base de concreto-3 un	CJ	1,00	R\$ 2.211,67	R\$ 2.886,22	R\$ 2.886,22
25.3	SEOP	260522	Meio-fio em concreto nas dimensões 0,15m x 0,12m- c/ lâmina d'água	M	193,00	R\$ 54,45	R\$ 71,05	R\$ 13.712,65
25.4	SEOP	260213	Muro em alvenaria,rebocado e pintado 2 faces(h=2.0m)	M	146,00	R\$ 723,29	R\$ 943,89	R\$ 137.807,94
25.5	SEOP	260168	Plantio de grama (incl. terra preta)	m²	241,00	R\$ 33,56	R\$ 43,79	R\$ 10.553,39
25.6	SINAPI	98520	APLICAÇÃO DE ADUBO EM SOLO. AF_05/2018	M2	241,00	R\$ 5,81	R\$ 7,58	R\$ 1.826,78
25.7	SINAPI	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018	M2	118,00	R\$ 60,49	R\$ 78,93	R\$ 9.313,74
25.8	SINAPI	98516	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018	UN	4,00	R\$ 347,67	R\$ 453,70	R\$ 1.814,80
25.9	SINAPI	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UN	21,00	R\$ 122,36	R\$ 159,67	R\$ 3.353,07
25.10	PRÓPRIA	000009	Letreiro de fachada em peças acrílicas	UN	1,00	R\$ 4.408,45	R\$ 5.753,02	R\$ 5.753,02
25.11	PRÓPRIA	000010	Totem em ACM	UN	1,00	R\$ 4.769,15	R\$ 6.223,74	R\$ 6.223,74
26			LIMPEZA FINAL:					R\$ 43.587,20
26.1	SEOP	270220	Limpeza geral e entrega da obra	m²	4240,00	R\$ 7,88	R\$ 10,28	R\$ 43.587,20
TOTAL GERAL								R\$ 7.073.517,43

Documento assinado digitalmente



PAULO VICTOR SILVA E SOUZA  
Data: 15/02/2024 11:18:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico  
Paulo Victor Silva e Souza  
Engenheiro Civil  
CREA/PA: N° 1518260659  
ART:







COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS

Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá

Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel

Cidade: São Miguel do Guamá

	90775	SINAPI	ENGENHEIRO MECÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	38	R\$ 99,47	R\$ 3.779,86
	90777	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	76	R\$ 23,16	R\$ 1.760,16
						<b>MÃO DE OBRA</b>	<b>R\$ 5.540,02</b>
						<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>OUTROS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>R\$ 5.540,02</b>
					<b>BDI</b>	<b>30,50%</b>	<b>R\$ 1.689,71</b>
						<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 7.229,73</b>
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
7	07	PRÓPRIA	Projeto de Combate e Proteção à incêndios - Executivo	UN			
						<b>MATERIAIS</b>	<b>R\$ -</b>
	90775	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	R\$ 99,47	R\$ 3.978,80
	90777	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80	R\$ 23,16	R\$ 1.852,80
						<b>MÃO DE OBRA</b>	<b>R\$ 5.831,60</b>
						<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>OUTROS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>R\$ 5.831,60</b>
					<b>BDI</b>	<b>30,50%</b>	<b>R\$ 1.778,64</b>
						<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 7.610,24</b>
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
8	08	PRÓPRIA	Bancadas em Granito preto e=2cm com rodobancada e saias, com cuba inóx, torneira, válvula, sifão e engate - 3,00m x 0,80m	UN			
		COTAÇÃO	Cuba em Inóx - 56cm x 34cm	Uni	1	R\$ 320,00	R\$ 320,00
	A00029	SEDOP	Granito p/ piso e=2cm (preto)	M²	2,98	R\$ 769,82	R\$ 2.294,06
	H00019	SEDOP	Torneira longa metalica de 3/4"	Uni	1	R\$ 64,23	R\$ 64,23
	H00016	SEDOP	Sifao metalico de 2"	Uni	1	R\$ 199,45	R\$ 199,45
	H00020	SEDOP	Valvula p/ pia d = 2" - inox	Uni	1	R\$ 52,10	R\$ 52,10
	H00055	SEDOP	Fita de vedacao	M	2	R\$ 0,37	R\$ 0,74
	H00046	SEDOP	Ligacao flexivel (engate) plastico	Uni	1	R\$ 6,95	R\$ 6,95
						<b>MATERIAIS</b>	<b>R\$ 2.937,53</b>
	280019	SEDOP	MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	R\$ 23,85	R\$ 95,40
	280026	SEDOP	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	R\$ 19,20	R\$ 76,80
	280008	SEDOP	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,8	R\$ 18,65	R\$ 52,22
	280016	SEDOP	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,8	R\$ 23,23	R\$ 65,04
						<b>MÃO DE OBRA</b>	<b>R\$ 289,46</b>
						<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>OUTROS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>R\$ 3.226,99</b>
					<b>BDI</b>	<b>30,50%</b>	<b>R\$ 984,23</b>
						<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 4.211,22</b>
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
9	09	PRÓPRIA	Letreiro de fachada em peças acrílicas	UN			
		COTAÇÃO	Letreiro de fachada em peças acrílicas	Uni	1	R\$ 4.205,00	R\$ 4.205,00
						<b>MATERIAIS</b>	<b>R\$ 4.205,00</b>
	280003	SEDOP	AJUDANTE DE MONTADOR COM ENCARGOS	H	5	R\$ 18,07	R\$ 90,35
	280020	SEDOP	MONTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5	R\$ 22,62	R\$ 113,10
						<b>MÃO DE OBRA</b>	<b>R\$ 203,45</b>
						<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>OUTROS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>R\$ 4.408,45</b>
					<b>BDI</b>	<b>30,50%</b>	<b>R\$ 1.344,58</b>
						<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 5.753,03</b>
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
10	010	PRÓPRIA	Totem em ACM	UN			
		COTAÇÃO	Totem em ACM	Uni	1	R\$ 4.560,00	R\$ 4.560,00
						<b>MATERIAIS</b>	<b>R\$ 4.560,00</b>
	280003	SEDOP	AJUDANTE DE MONTADOR COM ENCARGOS	H	5	R\$ 18,57	R\$ 92,85
	280020	SEDOP	MONTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5	R\$ 23,26	R\$ 116,30
						<b>MÃO DE OBRA</b>	<b>R\$ 209,15</b>
						<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>OUTROS</b>	<b>R\$ -</b>
						<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>R\$ 4.769,15</b>
					<b>BDI</b>	<b>30,50%</b>	<b>R\$ 1.454,59</b>
						<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 6.223,74</b>





**RESUMO FINANCEIRO**

**Objeto:** Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá

**Contratante:** Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá

**Endereço:** Rua Vicente Costa, bairro São Manoel

**Cidade:** São Miguel do Guamá

Item	Descrição	Valor (R\$)	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES:	R\$ 115.212,84	1,63%
2	DEMOLIÇÃO:	R\$ 11.763,02	0,17%
3	TERRAPLENAGEM:	R\$ 123.610,55	1,75%
4	FUNDAÇÕES:	R\$ 264.204,23	3,74%
5	ESTRUTURA:	R\$ 129.833,08	1,84%
6	PAREDES E PAINEIS:	R\$ 568.036,44	8,03%
7	COBERTURA:	R\$ 1.022.622,80	14,46%
8	IMPERMEABILIZAÇÕES /TRATAMENTOS:	R\$ 87.664,38	1,24%
9	ESQUADRIAS:	R\$ 293.199,62	4,15%
10	REVESTIMENTOS:	R\$ 459.950,28	6,50%
11	RODAPES, SOLEIRAS E PEITORIS:	R\$ 36.325,63	0,51%
12	PISOS:	R\$ 441.586,07	6,24%
13	FORROS:	R\$ 182.247,29	2,58%
14	PINTURAS:	R\$ 452.893,07	6,40%
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:	R\$ 754.204,79	10,66%
16	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA):	R\$ 49.542,01	0,70%
17	INSTALAÇÕES DE LÓGICA:	R\$ 18.337,21	0,26%
18	INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO:	R\$ 16.068,00	0,23%
19	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:	R\$ 383.914,29	5,43%
20	INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO/COMBATE A INCÊNDIO:	R\$ 58.465,48	0,83%
21	INSTALAÇÕES DE REDE DE GASES MEDICINAIS:	R\$ 211.671,30	2,99%
22	APARELHOS, LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS:	R\$ 122.325,26	1,73%
23	SERRALHERIA:	R\$ 1.660,22	0,02%
24	ESTRUTURAS COMPLEMENTARES:	R\$ 584.149,27	8,26%
25	URBANIZAÇÃO, FACHADA E PAISAGISMO:	R\$ 640.443,10	9,05%
26	LIMPEZA FINAL:	R\$ 43.587,20	0,62%
<b>TOTAL GERAL DA OBRA</b>		<b>R\$ 7.073.517,43</b>	<b>100,00%</b>

PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ



SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
INFRAESTRUTURA  
E URBANISMO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá  
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá  
Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel  
Cidade: São Miguel do Guamá

ITEM	SERVIÇOS	CUSTO	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
1	SERVIÇOS PRELIMINARES:	100,00%	50,00%	50,00%										
		R\$ 115.212,84	R\$ 57.606,42	R\$ 57.606,42										
2	DEMOLIÇÃO:	100,00%		100,00%										
		R\$ 11.763,02		R\$ 11.763,02										
3	TERRAPLENAGEM:	100,00%		50,00%	50,00%									
		R\$ 123.610,55		R\$ 61.805,28	R\$ 61.805,28									
4	FUNDAÇÕES:	100,00%		20,00%	80,00%									
		R\$ 264.204,23		R\$ 52.840,85	R\$ 211.363,38									
5	ESTRUTURA:	100,00%			30,00%	70,00%								
		R\$ 129.833,08			R\$ 38.949,92	R\$ 90.883,16								
6	PAREDES E PAINEIS:	100,00%				30,00%	35,00%	35,00%						
		R\$ 568.036,44				R\$ 170.410,93	R\$ 198.812,75	R\$ 198.812,75						
7	COBERTURA:	100,00%						30,00%	70,00%					
		R\$ 1.022.622,80						R\$ 306.786,84	R\$ 715.835,96					
8	IMPERMEABILIZAÇÕES /TRATAMENTOS:	100,00%			66,32%						33,68%			
		R\$ 87.664,38			R\$ 58.134,97						R\$ 29.529,41			
9	ESQUADRIAS:	100,00%												10,00%
		R\$ 293.199,62												R\$ 29.319,96
10	REVESTIMENTOS:	100,00%									30,00%	70,00%		
		R\$ 459.950,28									R\$ 137.985,08	R\$ 321.965,20		
11	RODAPES, SOLEIRAS E PEITORIS:	100,00%										100,00%		
		R\$ 36.325,63										R\$ 36.325,63		
12	PISOS:	100,00%											60,00%	
		R\$ 441.586,07										R\$ 176.634,43	R\$ 264.951,64	
13	FORROS:	100,00%											50,00%	50,00%
		R\$ 182.247,29											R\$ 91.123,65	R\$ 91.123,65
14	PINTURAS:	100,00%												
		R\$ 452.893,07												
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:	100,00%												29,37%
		R\$ 754.204,79												R\$ 221.482,99
16	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA):	100,00%												
		R\$ 49.542,01												
17	INSTALAÇÕES DE LÓGICA:	100,00%												
		R\$ 18.337,21												
18	INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO:	100,00%												
		R\$ 16.068,00												
19	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:	100,00%												
		R\$ 383.914,29												
20	INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO/COMBATE A INCÊNDIO:	100,00%												
		R\$ 58.465,48												
21	INSTALAÇÕES DE REDE DE GASES MEDICINAIS:	100,00%												
		R\$ 211.671,30												
22	APARELHOS, LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS:	100,00%												
		R\$ 122.325,26												
23	SERRALHERIA:	100,00%												
		R\$ 1.680,22												
24	ESTRUTURAS COMPLEMENTARES:	100,00%												
		R\$ 584.149,27												
25	URBANIZAÇÃO, FACHADA E PAISAGISMO:	100,00%												
		R\$ 640.443,10												
26	LIMPEZA FINAL:	100,00%												
		R\$ 43.587,20												
	TOTAL GERAL	R\$ 7.073.517,43												
	PARCIAIS SIMPLES		R\$ 57.606,42	R\$ 131.174,72	R\$ 114.646,12	R\$ 308.448,28	R\$ 261.294,09	R\$ 198.812,75	R\$ 605.599,59	R\$ 715.835,96	R\$ 167.514,49	R\$ 534.925,25	R\$ 356.075,29	R\$ 341.926,59
	PARCIAIS ACUMULADAS		R\$ 57.606,42	R\$ 188.781,14	R\$ 303.427,26	R\$ 611.875,53	R\$ 873.169,62	R\$ 1.071.982,38	R\$ 1.577.581,97	R\$ 2.293.417,93	R\$ 2.460.932,42	R\$ 2.995.857,68	R\$ 3.351.932,97	R\$ 3.693.859,56
	% SIMPLES	100,00%	0,81%	1,88%	1,62%	4,38%	3,69%	2,81%	7,15%	10,12%	12,37%	15,86%	18,03%	19,83%
	% ACUMULADO		0,81%	2,67%	4,29%	8,68%	12,34%	15,15%	22,30%	32,42%	34,79%	42,35%	47,39%	52,22%

PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ



SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
INFRAESTRUTURA  
E URBANISMO

Objeto: Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá														CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá																									
Endereço: Rua Vicente Costa, bairro São Manoel																									
Cidade: São Miguel do Guamá																									
ITEM	SERVIÇOS	CUSTO	13º Mês	14º Mês	15º Mês	16º Mês	17º Mês	18º Mês	19º Mês	20º Mês	21º Mês	22º Mês	23º Mês	24º Mês											
1	SERVIÇOS PRELIMINARES:	100.00%																							
		R\$ 115.212,84																							
2	DEMOLIÇÃO:	100.00%																							
		R\$ 11.763,02																							
3	TERRAPLENAGEM:	100.00%																							
		R\$ 123.610,55																							
4	FUNDAÇÕES:	100.00%																							
		R\$ 264.204,23																							
5	ESTRUTURA:	100.00%																							
		R\$ 129.833,08																							
6	PAREDES E PAINEIS:	100.00%																							
		R\$ 568.036,44																							
7	COBERTURA:	100.00%																							
		R\$ 1.022.622,80																							
8	IMPERMEABILIZAÇÕES /TRATAMENTOS:	100.00%																							
		R\$ 87.664,38																							
9	ESQUADRIAS:	100.00%	90.00%																						
		R\$ 293.199,62	R\$ 263.879,66																						
10	REVESTIMENTOS:	100.00%																							
		R\$ 459.950,28																							
11	RODAPES, SOLEIRAS E PEITORIS:	100.00%																							
		R\$ 36.325,63																							
12	PISOS:	100.00%																							
		R\$ 441.586,07																							
13	FORROS:	100.00%																							
		R\$ 182.247,29																							
14	PINTURAS:	100.00%								30.00%	35.00%	35.00%													
		R\$ 452.893,07								R\$ 135.867,92	R\$ 158.512,57	R\$ 158.512,57													
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:	100.00%	29.37%										20.63%												
		R\$ 754.204,79	R\$ 221.482,99									R\$ 155.619,41	R\$ 155.619,41												
16	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA):	100.00%																							
		R\$ 49.542,01	R\$ 49.542,01																						
17	INSTALAÇÕES DE LÓGICA:	100.00%																							
		R\$ 18.337,21	R\$ 18.337,21																						
18	INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO:	100.00%																							
		R\$ 16.068,00	R\$ 16.068,00																						
19	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:	100.00%		40.00%	30.00%	30.00%																			
		R\$ 383.914,29		R\$ 153.565,72	R\$ 115.174,29	R\$ 115.174,29																			
20	INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO/COMBATE A INCÊNDIO:	100.00%				40.00%	60.00%																		
		R\$ 58.465,48				R\$ 23.386,19	R\$ 35.079,29																		
21	INSTALAÇÕES DE REDE DE GASES MEDICINAIS:	100.00%					30.00%	35.00%	35.00%																
		R\$ 211.671,30					R\$ 63.501,39	R\$ 74.084,96	R\$ 74.084,96																
22	APARELHOS, LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS:	100.00%								100.00%															
		R\$ 122.325,26								R\$ 122.325,26															
23	SERRALHERIA:	100.00%												100.00%											
		R\$ 1.660,22												R\$ 1.660,22											
24	ESTRUTURAS COMPLEMENTARES:	100.00%									50.00%	50.00%													
		R\$ 584.149,27									R\$ 292.074,64	R\$ 292.074,64													
25	URBANIZAÇÃO, FACHADA E PAISAGISMO:	100.00%									50.00%		50.00%												
		R\$ 640.443,10										R\$ 320.221,55	R\$ 320.221,55												
26	LIMPEZA FINAL:	100.00%												100.00%											
		R\$ 43.587,20												R\$ 43.587,20											
TOTAL GERAL		R\$ 7.073.517,43																							
PARCIAIS SIMPLES			R\$ 569.309,86	R\$ 153.565,72	R\$ 115.174,29	R\$ 138.560,48	R\$ 98.580,68	R\$ 74.084,96	R\$ 74.084,96	R\$ 258.193,18	R\$ 450.587,21	R\$ 926.428,17	R\$ 475.840,96	R\$ 45.247,42											
PARCIAIS ACUMULADAS			R\$ 4.263.169,42	R\$ 4.416.735,14	R\$ 4.531.909,42	R\$ 4.670.469,90	R\$ 4.769.050,58	R\$ 4.843.135,54	R\$ 4.917.220,49	R\$ 5.175.413,67	R\$ 5.626.000,88	R\$ 6.552.429,05	R\$ 7.028.270,01	R\$ 7.073.517,43											
% SIMPLES		100.00%	8.05%	2.17%	1.63%	1.96%	1.39%	1.05%	1.05%	3.65%	6.37%	13.10%	6.73%	0.64%											
% ACUMULADO			60.27%	62.44%	64.07%	66.03%	67.42%	68.47%	69.52%	73.17%	79.54%	92.63%	99.36%	100.00%											





**COMPOSIÇÃO DE BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS (BDI)**

**Objeto:** Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá

**Contratante:** Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá

**Endereço:** Rua Vicente Costa, bairro São Manoel

**Cidade:** São Miguel do Guamá

<b>A.</b>	<b>LUCRO</b>	<b>7,40%</b>
<b>B.</b>	<b>DESPESAS INDIRETAS/FINANCEIRAS</b>	
B.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,15%
B.2	SEGUROS	0,35%
B.3	RISCOS	0,97%
B.4	GARANTIA	0,45%
B.5	DESPESAS FINANCEIRAS	0,59%
<b>C.</b>	<b>IMPOSTOS</b>	<b>13,15%</b>
	C.1. PIS	0,65%
	C.2. ISS	5,00%
	C.3. COFINS	3,00%
	C.4. CPRB	4,50%
<b>BDI</b>		<b>30,50%</b>

**Obs. Adequado ao Acórdão 2622/2013 do TCU**

$$BDI = \frac{[(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)]}{(1 - I)} - 1$$



### ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS HORISTAS - COM DESONERAÇÃO

**Objeto:** Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá

**Contratante:** Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá

**Endereço:** Rua Vicente Costa, bairro São Manoel

**Cidade:** São Miguel do Guamá

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %
<b>A.</b>	<b>Encargos Sociais Básicos</b>	
A.1	INSS	
A.2	Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50
A.3	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00
A.4	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20
A.5	Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa (SEBRAE)	0,60
A.6	Salário Educação	2,50
A.7	Seguro Contra os Acidentes de Trabalho (INSS)	3,00
A.8	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8,00
	<b>TOTAL DO GRUPO A</b>	<b>16,80</b>
<b>B.</b>	<b>Encargos Sociais que recebem as incidências de "A"</b>	
B.1	Repouso semanal remunerado	18,11
B.2	Feriados	4,15
B.3	Auxílio - Enfermidade	0,89
B.4	13º Salário	10,98
B.5	Licença Paternidade	0,07
B.6	Faltas Justificadas	0,73
B.7	Dias de Chuvas	2,68
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11
B.9	Férias Gozadas	9,27
B.10	Salário Maternidade	0,03
	<b>TOTAL DO GRUPO B</b>	<b>47,02</b>
<b>C.</b>	<b>Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de "A"</b>	
C.1	Aviso Prévio Indenizado	5,69
C.2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13
C.3	Férias Indenizadas	4,47
C.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,93
C.5	Indenização Adicional	0,48
	<b>TOTAL DO GRUPO C</b>	<b>14,70</b>
<b>D.</b>	<b>Taxas das Reincidências</b>	
D.1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,90
D.2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,48
	<b>TOTAL DO GRUPO D</b>	<b>8,38</b>
	<b>TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS TOTAIS</b>	<b>86,90</b>

OBS.: OS ENCARGOS COMPLEMENTARES DO GRUPO E ESTÃO ALOCADOS NA HORA DE CADA PROFISSIONAL , CONF. METODOLOGIA DO SINAPI



**ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS MENSALISTAS - COM DESONERAÇÃO**

**Objeto:** Construção do Novo Hospital Municipal de São Miguel do Guamá

**Contratante:** Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá

**Endereço:** Rua Vicente Costa, bairro São Manoel

**Cidade:** São Miguel do Guamá

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MENSALISTA %
<b>A.</b>	<b>Encargos Sociais Básicos</b>	
A.1	INSS	
A.2	Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50
A.3	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00
A.4	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20
A.5	Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa (SEBRAE)	0,60
A.6	Salário Educação	2,50
A.7	Seguro Contra os Acidentes de Trabalho (INSS)	3,00
A.8	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8,00
	<b>TOTAL DO GRUPO A</b>	<b>16,80</b>
<b>B.</b>	<b>Encargos Sociais que recebem as incidências de "A"</b>	
B.1	Repouso semanal remunerado	-
B.2	Feriados	-
B.3	Auxílio - Enfermidade	0,67
B.4	13º Salário	8,33
B.5	Licença Paternidade	0,06
B.6	Faltas Justificadas	0,56
B.7	Dias de Chuvas	-
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,08
B.9	Férias Gozadas	7,03
B.10	Salário Maternidade	0,03
	<b>TOTAL DO GRUPO B</b>	<b>16,76</b>
<b>C.</b>	<b>Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de "A"</b>	
C.1	Aviso Prévio Indenizado	4,32
C.2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10
C.3	Férias Indenizadas	3,39
C.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,98
C.5	Indenização Adicional	0,36
	<b>TOTAL DO GRUPO C</b>	<b>11,15</b>
<b>D.</b>	<b>Taxas das Reincidências</b>	
D.1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	2,82
D.2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,36
	<b>TOTAL DO GRUPO D</b>	<b>3,18</b>
	<b>TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS TOTAIS</b>	<b>47,89</b>

OBS.: OS ENCARGOS COMPLEMENTARES DO GRUPO E ESTÃO ALOCADOS NA HORA DE CADA PROFISSIONAL , CONF. METODOLOGIA DO SINAPI





**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

**ANEXO III  
MINUTA DE CONTRATO**

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, POR  
INTERMÉDIO DO (A) ..... E

.....

1. O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, através da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ com sede na ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... Secretário de saúde do MUNICÍPIO DE **SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL, LOCALIZADO NA RUA VICENTE COSTA, BAIRRO SÃO MANOEL, S/N, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA.**

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				
2				
3				
4				

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Projeto Básico;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no edital da Concorrência Eletrônica nº xxxxxxxx, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Edital e seus anexos;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.



8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);





**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital e seus anexos, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.37. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 9.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.



PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO

9.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.40. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos:

III.Programa de Trabalho:

IV.Elemento de Despesa:

V.Plano Interno:

VI.Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.





**PREFEITURA DE  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ  
PODER EXECUTIVO**

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da cidade de SÃO MIGUEL DO GUAMÁ /PA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

SÃO MIGUEL DO GUAMÁ /PA, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1-

2-